Abinee Tec 2003

Créditos de Carbono Mecanismos de Desenvolvimento Limpo – MDL

Ricardo Cunha da Costa

Pesquisador associado PPE/COPPE/UFRJ
Departamento de Gás, Petróleo e Fontes Renováveis BNDES

E-mails: cunha@ppe.ufrj.br
rcco@bndes.gov.br

São Paulo, 9 de outubro de 2003

Problema das Mudanças Climáticas

- •Aumento das emissões dos gases de efeito estufa provoca o aumento da temperatura da superfície terrestre;
- •Crescimento exponencial das emissões na era industrial, levando o nível de concentração de CO2 de 280 ppm (préindustrial) para 360 ppm (atualmente);
- •Os cenários do grupo de especialistas em mudanças climáticas revelam que o aumento de temperatura pode variar de 1,4 a 5,8°C até fim do século XXI.

Causas e Conseqüências

Principais causas devido a atividades antrópicas:

- 1) Consumo de combustíveis fósseis; e
- 2) Desflorestamento.

Consequências diretas:

- 1) Aumento do nível do mar;
- 2) Proliferação de doenças tropicais e pragas;
- 3) Impacto na produtividade agrícola;
- 4) Oferta de energia hidroelétrica (balanço hídrico); e
- 5) O desequilíbrio climático pode afetar a conservação da biodiversidade.

Principais Marcos (1)

- 1988 Criação do Grupo de Especialistas em Mudanças Climáticas das Nações Unidas (IPCC Intergovernamental Panel on Climate Change).
- **1990** Publicação do 1o. Relatório sobre mudanças climáticas pelo IPCC.
- 1992 Criação da Convenção do Clima ou Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) assinada por 175 países durante a Rio 92.
- **1995** Primeira Conferência das Partes (COP-1) reunindo especialistas em Bon.

Principais Marcos (2)

1997 – Assinatura do Protocolo de Quioto na COP-3, criando obrigações para países industrializados, antiga União Soviética e Leste Europeu (países Anexo I) para o período 2008-2012 (5,2%), sugerindo os países em desenvolvimento (não Anexo I) a elaborar inventários de emissões (Comunicação Nacional) e estabelecendo mecanismos flexíveis de mitigação de emissões (MDL, Implementação Conjunta e Certificados de Carbono).

2001 – Acordo de Marraqueche (COP-7) define modalidades e procedimentos de quantificação de emissões.

2003 – COP-9 será realizada em Milão. Havia expectativa de ratificação do Protocolo de Quioto pela Rússia, o que permitiria a implementação do Protocolo de Quioto mesmo com a abstenção dos EUA.

Mecanismos Flexíveis do Protocolo de Quioto (1)

1) Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)

- Definido no Art. 12 do Protocolo de Quioto.
- Único mecanismo que permite a participação de países em desenvolvimento
- Dois objetivos simultâneos:
- i) assistir os países em desenvolvimento (não Anexo I) a atingir o desenvolvimento sustentável e
- ii) permitir aos países do Anexo I o cumprimento de redução e limitação quantificadas de emissões.
- Geram Reduções Certificadas de Emissões (CER Certified Emissions Reduction).

Mecanismos Flexíveis do Protocolo de Quioto (2)

2) Implementação Conjunta (JI)

- Definido no Art. 6 do Protocolo.
- Baseia-se em acordos bilaterais.
- Investimentos em países que possuem metas de redução estabelecidas no Protocolo de Quioto (Anexo I).
- Geram Unidades de Redução de Emissão (ERU Emission Reduction Units).

Mecanismos Flexíveis do Protocolo de Quioto (3)

3) Certificados de Emissões

- O comércio de emissões está definido no Art. 17 do Protocolo.
- Permite a transferência dos créditos de emissão de carbono entre os países desenvolvidos através Unidades de Quantidade Atribuída (AAU Assigned Amount Units).
- A idéia central é que os países desenvolvidos que reduzam as suas emissões além do estabelecido pelo Protocolo de Quioto, possam vender os créditos excedentes aos países que não conseguiram atingir as suas metas, por dificuldades ou altos custos.

Critérios para implementação Protocolo de Quioto

Ratificação, aceitação, aprovação ou adesão por:

- i) pelo menos 55 países da UNFCCC e
- ii) por países do Anexo I que contabilizem juntos pelo menos 55% da quantidade total de CO2eq emitida por esses países em 1990.

Estrutura institucional do MDL no âmbito UNFCCC (1)

Principais instituições destacadas no Acordo de Marraqueche (COP-7):

http://cdm.unfccc.int

1) Conselho Executivo do MDL:

- a) Credenciamento das Entidades Operacionais Designadas;
- b) Registro das atividades do Projeto;
- c) Emissão das RCEs;
- d) Estabelecimento e aperfeiçoamento de metodologias para definição da linha de base, monitoramento e fugas.

Estrutura institucional do MDL no âmbito UNFCCC (2)

- 2) Autoridade Nacional Designada (Entidade governamental designada voluntariamente à UNFCCC):
- a) Atribuição de decidir de forma soberana se a atividade proposta contribui para o desenvolvimento sustentável;
- b) Aprovação e validação dos projetos elegíveis ao MDL;
- c) Definir critérios adicionais de elegibilidade àqueles considerados no PK.

Estrutura institucional do MDL no âmbito UNFCCC (3)

3) Entidades Operacionais Designadas:

- a) (Pré) validar as atividades de projetos de acordo com decisões de Marraqueche;
- b) Verificar e certificar reduções de emissões GHG e remoções de CO2;
- c) Manter uma lista pública de atividades de projetos de MDL;
- d) Enviar relatório anual ao Conselho Executivo; e
- e) Manter disponíveis para o público as informações não confidenciais sobre as atividades de projeto do MDL.

Ciclo do projeto

- 1) Elaboração do Documento de Concepção do Projeto (PDD Project Design Document);
- 2) Elaboração do Protocolo de Monitoramento e Verificação (MVP Monitoring and Verification Protocol);
- 3) Validação e Aprovação do Projeto (Entidade Operacional Designada, Aut. Nac. Designada e Conselho Executivo EB);
- 4) Registro do Relatório de Aprovação da EOD pelo EB;
- 5) Plano de Monitoramento submetido à EOD;
- 6) Verificação e Certificação pela EOD; e
- 7) Emissão e aprovação das RCEs pelo EB.

Tipos de projetos elegíveis

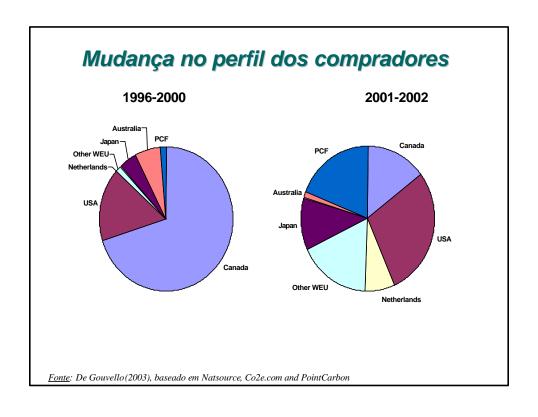
Renováveis (Tipo I)	Eficiência Energética (Tipo II)	Outros (Tipo III)
Auto-produção de eletricidade	Eficiência energética do lado da produção de energia	Agricultura
Auto-produção de energia mecânica	Eficiência do lado da oferta (transporte e distribuição)	Substituição de combustíveis fósseis
Auto-produção de energia térmica	Eficiência energética do lado da demanda	Veículos de baixa emissão
Produção de eletricidade conectada à rede	Eficiência e substituição de combustível (indústria)	Recuperação e/ou redução de metano
	Eficiência e substituição de combustível (edificações)	

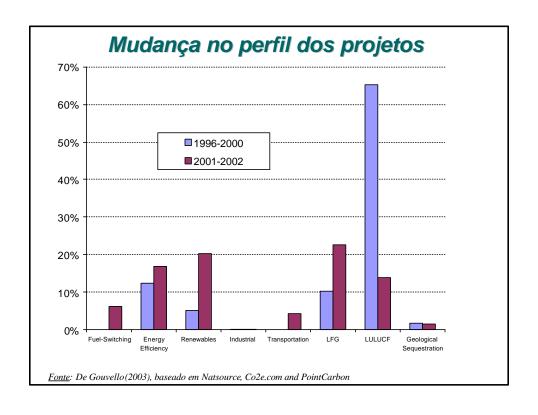
Antecipações do mercado além da UNFCCC

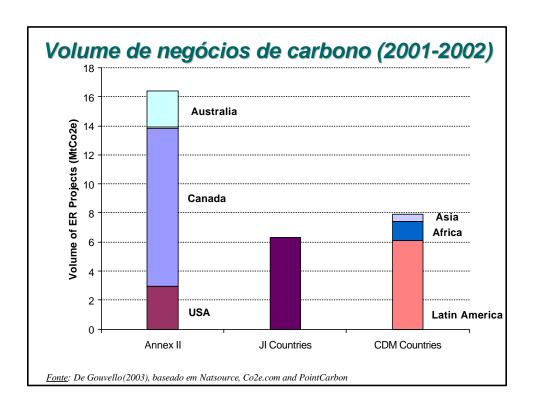
- •**Desde 1999** Financiamentos do Banco Mundial: PCF, NCDF, CDCF e BioCF
- •Março de 2003 Governo Holandês aprova a compra de 16 MtCO2 ao preço de 5,5 euros/t
- •Julho de 2003 CEE cria mercado de carbono estimado em 27 bilhões de euros para 2005-2007
- •Outubro de 2003 Bolsa de Carbono em Chicago (CCX Chicago Climate Exchange) criada para sediar transações relativas a projetos provenientes dos EUA e Brasil em uma primeira etapa, com entrada prevista posteriormente do México e Canadá

Situação atual do mercado de carbono (Estimativas Banco Mundial)

- Mercado avaliado em 200 milhões de toneladas de CO2 tendo um valor de \$500 milhões
- Em 2002, o volume de negócios aumentou 400% em relação a 2001
- Somente 43% dos negócios nos 2 últimos anos foram provenientes de MDL/JI
- Somente 13% das compras do setor privado foram adiquridas na forma de MDL/JI no período 2001-2002
- O PCF e o governo holandês realizaram a maioria dos negócios com MDL/JI







Iniciativas de financiamento Financiadores Multilaterais / Compradores Institucionais

	lançamento	orçamento US\$
Prototype Carbon Fund – PCF (Banco Mundial)	1999	180 milhões (250)
The Netherlands Clean Development Facility (Banco Mundial)	05/2002	100 milhões (140)
Comunity Development Carbon Fund – CDCF (Banco Mundial)	09/2002	40-50 milhões (100)
BioCarbon Fund (Banco Mundial)	11/2002	30-40 milhões (100)

Iniciativas de financiamento Financiadores Bilaterais / Financiadores Institucionais

	lançamento	orçamento US\$
ERUPT (Emission Reduction Unit PurchasingTrader) – Governo Holandês	2000	200 milhões
CERUPT (Certified Emission Reduction Unit Procurement Tender) – Governo Holandês	2001	250 milhões
IFC – Netherlands Carbon Facility	09/2002	46 milhões
Asean Carbon Fund (Singapura)	2003	120 milhões
Governo da Finlândia	2002/2003	
SICIPT – Governo Suécia	1993/2004	81 milhões
Governo do Japão	2003	8,4 milhões
D&B Capital's Clean Energy Fund. Sponsor of World solar Programme	1996/2005	100 milhões

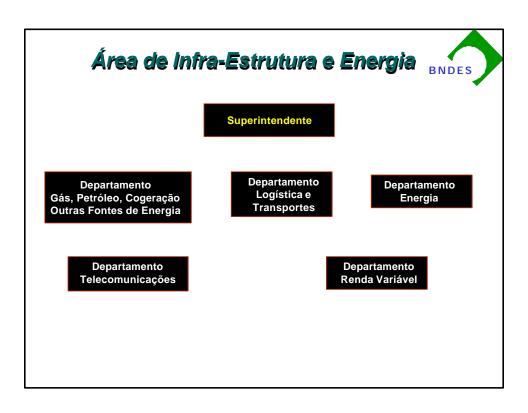
Iniciativas de financiamento

Investidores em Carbono do Setor Privado

	lançamento	orçamento US\$
Mitsui (Japão)	2002	6 milhões
TransAlta		
Ontário Power Group		
BC Hydro	2002	
Future Forest		100 milhões
Triodos Venture Capital Fund	2001	
500PPM	2002	1 milhão euro
Trexler & Associates		3 milhões
Obayashi Corp.	2000/2003	
Sumitomo Corp. Invest.	2004	

Ações do Governo Brasileiro

- •1997 Governo brasileiro propõe o Fundo de Desenvolvimento Limpo à UNFCC, o qual foi adaptado para o MDL e inserido no art. 12 do Protocolo de Quioto.
- •1999 Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, sendo que cabe ao MCT a presidência e a Secretaria Executiva e ao MMA a vice-presidência.
- •2000 Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, cujo objetivo é de assegurar maior envolvimento da sociedade civil nesta questão.
- •**Desde 1998** Inventário de Emissões (exceto para Mudança no Uso da Terra e Florestas)
- •2003 Elaboração da 1a. Resolução da Comissão sobre modalidades e procedimentos de aprovação e validação de projetos de MDL no âmbito da UNFCCC, definindo inclusive 5 critérios de sustentabilidade.



Cogeração e Fontes Alternativas Política de Atuação



- Simular a implantação de Geração Distribuída de Energia (geração próxima ao local de consumo);
- Promover e privilegiar projetos que utilizem resíduos, propiciando a solução de passivos ambientais e sociais;
- Promover o aumento da participação de fontes alternativas renováveis de energia na matriz energética nacional;
- Contribuir para o desenvolvimento tecnológico e da capacidade de produção do parque produtivo brasileiro de componentes para estas atividades econômicas.

Cogeração e Fontes Alternativas Potencialidades



- ►Indústria Sucro-Alcooleira
- > Resíduos de madeira, arroz e lixo
- ➤Indústria de papel e celulose
- >Indústria siderúrgica
- Cogeração a gás na indústria, comércio e serviços
- > Energia elétrica de fonte eólica
- >Energia elétrica fotovoltaica
- ➤ Energia térmica solar

Cogeração e Fontes Alternativas Financiamento



Beneficiários

Empresas brasileiras de controle nacional ou estrangeiro

Itens financiáveis

- Construção Civil
- Instalações e montagens
- Estudos e engenharia
- Treinamento
- > Equipamentos nacionais credenciados

Contatos



Centrais de Atendimento Empresarial

Rio (21) 2277-8888 S. Paulo (11) 3471-5100

Recife (81) 3465-7222 Brasília (61) 322-6251

AIE – Área de Projetos de Infra-estrutura Rio (21) 2277-7810 ou (21) 2277-6659

BNDES na Internet

http://www.bndes.gov.br faleconosco@bndes.gov.br

www.bndes.gov.br Estados o Fablicapões Outra (DC) >> Falo casosco >> Maga de uite >> Esglish BNDES Areas de Marque BBC65 Tunquene EMDES Cultural uma fistóra do Bracil feita por bracil eles. Teja "EHDES em especialista". Sala de legransa Banca Endoration Manufactor LRF a Despesas som Pessaal Langamento Noticial Voja como as micro, pequenas e médias empresas podem abtil·lo. 24-65-2962 = 56000 financie fébrica de motano de Peugast Citra en Porto Real - fill. 10-84-2882 + SSCOI Large Cartile de Catalita para Misra, Paquerras e Misilias eropressas. portugio tador Docersolvimento 16-66-2982 = Gregoeri decembal por do Infi III para Micra, Peguenar a Midiar Empiraras autres destaques()) outras noticias >>